



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

DOMITILLA RODRIGUES DOS SANTOS

**Educação Popular e Movimentos Sociais:
Análise da experiência da Escola Jardim da Comunidade (EJC) do Município
de Santa Rita/PB**

**João Pessoa
2017**

DOMITILLA RODRIGUES DOS SANTOS

**Educação Popular e Movimentos Sociais:
Análise da experiência da Escola Jardim da Comunidade (EJC) do
Município de Santa Rita/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito institucional para obtenção do título
de Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Prof.^a Dra. Mariana Lins de Oliveira

**João Pessoa
2017**

S237e Santos, Domitilla Rodrigues dos.

Educação popular e movimentos sociais: análise da experiência da Escola Jardim da Comunidade (EJC) do município de Santa Rita/PB / Domitilla Rodrigues dos Santos. – João Pessoa: UFPB, 2017.

46f. : il.

Orientadora: Mariana Lins de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação popular. 2. Escola Jardim da Comunidade.
3. Pedagogia social. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.018.8(043.2)

DOMITILLA RODRIGUES DOS SANTOS

**Educação Popular e Movimentos Sociais:
Análise da experiência da Escola Jardim da Comunidade do Município de
Santa Rita / PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 04/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Mariana Lins de Oliveira

Prof.^a Dra. Mariana Lins de Oliveira
Orientadora

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Veridiana Xavier Dantas

Prof.^a Ma. Veridiana Xavier Dantas
Prof.^a Examinadora

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Miriam Espindula dos Santos

Prof.^a Ma. Miriam Espindula dos Santos
Prof.^a Examinadora

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Movimento das Comunidades Populares por me dar formação enquanto militante e compreender que a revolução só será possível se for coletiva e por meio da organização popular.

À Escola Jardim da Comunidade, educadoras, pais e mães que acreditam no trabalho e fazem desta Escola um ambiente de aconchego, cooperação e aprendizado.

A minha família por estar presente em todos os momentos, acompanhando e apoiando nos momentos em que mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus e aos seres de luz pelo dom da vida e por me fortificar nos momentos difíceis.

A meus pais por me darem a formação e exemplo da militância para a vida, pelo amor e carinho recebido.

A minha irmã e amiga Maíra, por me apoiar insistentemente, sendo peça fundamental me incentivando a prosseguir no curso.

A meu esposo Tiago, por enfrentar comigo dias de correrias, compartilhando momentos de alegrias e tristezas.

A Vó Dina e Vô Antônio *in memorian*.

A Vó Francina e Vô Francisco.

A minhas tias Claubete e Francinete.

A meu primo e irmão Jonnathan.

A meus padrinhos, Antônio e Maria José.

Aos companheiros da União da Juventude Popular (UJP) e Movimento das Comunidades Populares, em especial, Inessa, Sílvia, João Carlos, Iris, Ronaldo, Sivaldo, Ednaldo, Domitila, João, Kaline e Janete.

A Padre João Geisen *in memorian*.

Ao Grupo de Arte Popular da UJP, na qual faço parte.

A minhas colegas de curso, em especial, Adriana, Samara, Dalvalis e Caricelma pelo incentivo recíproco, unindo forças e compartilhando momentos.

As tutoras presenciais Nazaré Maria e Josiane Cabral por ter auxiliado e nos acolhido quando mais precisamos.

Ao Prof. Dr. Alder Júlio Ferreira Calado por sua militância e estímulo na produção do TCC.

A professora Ana Luiza de Vasconcelos Marques pelo seu compromisso e por acreditar que esse momento seria possível.

A Prof. Dra. Mariana Lins de Oliveira por aceitar a me orientar contribuindo para a conclusão desse trabalho.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.”

Paulo Freire

“Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário.”

Lênin

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade guiar o leitor para uma “viagem” no tempo, perpassando pelas memórias e registros orais repassadas por militantes, mães e educadoras. O trajeto inicia em meados da década de 1960 até os dias atuais, trazendo sucintamente o histórico do MCP (Movimento das Comunidades Populares), com foco na EJC (Escola Jardim da Comunidade) e dando destaque a Escola de Santa Rita PB. Com base verídica, a temática possui feição genuína, pois nunca foi abordada no meio acadêmico. Os capítulos buscaram responder questões referentes aos objetivos como analisar o histórico da Escola Jardim da Comunidade de Santa Rita/PB, descrever suas orientações pedagógicas e identificar as dificuldades e desafios. Acerca das categorias teóricas, estas compreenderam em definir a Pedagogia Social, Educação Comunitária e Educação Popular, em vista de traçar suas especificidades à medida que tais modelos educacionais correspondam a realidade das massas (povo). Para embasar o referencial teórico, norteiei-me por Saviani, 2007; Moraes, 2016; Pinel, Colodete, Paiva, 2013; Gadotti, 2012; Paludo, 2008; Feitosa, 1999; Hoffman; Rocha; Rodrigues, 2014; Maciel, 2011; Daudi, 2012; Martins, 2012; Freire, 1992. Mediante a metodologia adquirida, esta foi conduzida como pesquisa de campo com abordagem qualitativa e estruturada. Para tanto, esta colheu informações por meio de entrevistas com questões abertas, dando visibilidade ao alvo de análise da investigação. Nas considerações finais, os resultados expõem de maneira positiva as abordagens alcançadas. A partir dos resultados apresentados, constatou-se que dentre as principais dificuldades e os desafios incluem a falta de reconhecimento e valorização da EJC e a falta de legalização respectivamente. Assim, nesse tópico são estabelecidos questionamentos sobre a continuidade da EJC e suas incertezas.

Palavras-chave: Escola Jardim da Comunidade. Educação Popular. Educação Comunitária. Pedagogia Social. Movimento das Comunidades Populares.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo guiar al lector hacia un "viaje" en el tiempo, pasando por las memorias y registros orales repasados por militantes, madres y educadoras. El recorrido comienza a mediados de la década de 1960 hasta los días actuales, trayendo sucintamente el histórico del MCP (Movimiento de las Comunidades Populares), con foco en la EJC (Escuela Jardim de la Comunidad) y dando destaque a la Escuela de Santa Rita PB. Con base verídica, la temática tiene una fe genuina, pues nunca fue abordada en el medio académico. Los capítulos buscaron responder cuestiones referentes a los objetivos como analizar el histórico de la Escuela Jardim de la Comunidad de Santa Rita / PB, describir sus orientaciones pedagógicas e identificar las dificultades y desafíos. Sobre las categorías teóricas, éstas comprendieron en definir la Pedagogía Social, Educación Comunitaria y Educación Popular, en vista de trazar sus especificidades a medida que tales modelos educativos correspondan a la realidad de las masas (pueblo). Para basar el referencial teórico, me dirigí por Saviani, 2007; Moraes, 2016; Pinel, Colodete, Paiva, 2013; Gadotti, 2012; Paludo, 2008; Hechos, 1999; Hoffman; Roca; Rodrigues, 2014; Maciel, 2011; Daudi, 2012; Martins, 2012; Freire, 1992. Mediante la metodología adquirida, ésta fue conducida como investigación de campo con abordaje cualitativo y estructurado. Para ello, ésta recogió informaciones por medio de entrevistas con preguntas abiertas, dando visibilidad al blanco de análisis de la investigación. En las consideraciones finales, los resultados exponen de manera positiva los enfoques alcanzados. A partir de los resultados presentados, se constató que entre las principales dificultades y los desafíos incluyen la falta de reconocimiento y valoración de la EJC y la falta de legalización respectivamente. Así, en este tópico se plantean cuestionamientos sobre la continuidad de la EJC y sus incertidumbres.

Palabras clave: Escuela Jardín de la Comunidad. Educación Popular. Educación Comunitaria. Pedagogía Social. Movimiento de las Comunidades Populares.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Ato de reivindicação da luta por moradia, 1994. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB.	27
Figura 2 Assembleia com os candidatos, 1992. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB...	28
Figura 3 Escudo da EJC. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita- PB	32
Figura 4 Homenagem ao Dia do Folclore (esquerda) e ao Dia do Campo (direita). Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB	32
Figura 5 Festa Junina realizada na escola. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB.	34
Figura 6 Gincana realizada na “Semana da Criança”. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB	36
Figura 7 Reunião realizada com os responsáveis pelas crianças (A), e homenagem ao Dia das Mães realizada pela escola (B). Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB.....	37
Figura 8 Atividade de lazer realizada com as crianças “Cineminha”. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS

EJC – Escola Jardim da Comunidade

MCP – Movimento das comunidades populares

MER – Movimento de Evangelização Rural

JAC – Juventude Agrária Católica

MCL – Movimento das Comissões de Luta

PNLA – Plano Nacional de Lutas e Atividades

JVC – Jornal Voz das Comunidades

UJP – União da Juventude Popular

CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

PPP – Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO SOCIAL.....	13
1. MCP E A PEDAGOGIA COMUNITÁRIA	16
1.1. Movimento de base, Trabalho com crianças e EJC.....	16
1.2. Pedagogia Social, Educação Comunitária e Educação Popular	18
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
3. COMPREENDENDO AS RELAÇÕES: DO MOVIMENTO DE BASE A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA.....	27
3.1. Historicizando a EJC	27
3.2. Proposta Pedagógica da EJC	29
3.3. A EJC enquanto uma alternativa de Educação Comunitária.....	35
4. “ANTES DE ENSINAR, DEVEMOS APRENDER”	40
5. REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	45

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO SOCIAL

As Escolas Jardim da Comunidade surgem dentro do Movimento das Comunidades Populares. Este por sua vez, é um movimento popular existente desde 1969, em vários estados do país. Nesse período chamava-se Juventude Agrária Católica (JAC) e posteriormente passou a se chamar Movimento de Evangelização Rural (MER). A partir do momento que se mudava a conjuntura, era feita uma avaliação e novos planos eram traçados, porém, não mudava o método que é organizar o povo.

Em meio ao trabalho do movimento, as crianças sempre estiveram presentes, participando de reuniões com seus pais, de atos, reivindicações. A partir daí, discutiu-se a necessidade de organizar as crianças em grupos e atividades como festa de São João, campanha do voto nulo, comemoração do dia 21 de abril (Dia de Tiradentes, considerado um mártir pelo movimento, na década de 90) e em encontros estaduais e interestaduais ter uma comissão para cuidar delas, para que seus pais participassem das reuniões tranquilamente. Após discussões internas deste Movimento foram tiradas orientações e decidiu-se criar as Escolas Jardim da Comunidade.

O modelo capitalista está enraizado em todos os espaços da sociedade, no campo educacional não é diferente. Esse padrão exclui, oprime e tem a individualidade como ideologia. Além disso, não está a favor da classe trabalhadora; consequentemente cumpre a “missão” de oferecer uma educação alienada.

Como contraponto surge a Educação Popular. No Brasil, liderada por Paulo Freire foi e continua sendo até hoje um instrumento importante na formação dos movimentos sociais. Por meio da Educação Popular, a Educação Comunitária surge como uma expressão e tem seus segmentos.

No Brasil existem experiências significativas. Há escolas que começaram de forma comunitária e, hoje tem parceria com o Poder público, como a Escola Municipal Leonardo Boff, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Outras, porém, continuam comunitárias, com experiências com quase 20 anos, como as Escolas Jardim da Comunidade, existente em cinco estados. Essa força que vem das bases é organizada através da coordenação de militantes e animadores de centros, religiosos, organizações e movimentos sociais, inseridas nas periferias das cidades ou em áreas rurais. O foco do trabalho está centrado nas camadas populares, como os excluídos, indígenas, camponeses e quilombolas. Desse modo, a conjuntura continua desfavorável para a educação, em especial, as escolas populares e comunitárias possuem um desafio constante em manter-se viva e ativa.

A problemática diz respeito à formação dos princípios de ensino desta Escola, ressaltando que este tema até o momento não foi abordado no meio acadêmico, e sendo assim, esta pesquisa tem um caráter inicial. Há três concepções que instigam a pesquisa. A primeira é que não há como negar, a minha participação ativa nessa experiência enquanto militante do MCP e da EJC. Tal atuação vem desde o ventre. Nasci e cresci acompanhando as ações e lutas. A segunda é relatar a EJC enquanto um modelo de educação comunitária/popular e trazer à tona sua história, o que a move, sua prioridade e orientações. Por fim ratificar por meio dos protagonistas envolvidos em que a EJC se fundamenta e seus respectivos relatos. A questão para esta investigação é: Quais as dificuldades e desafios de organizar as Escolas Jardim da Comunidade?

Nesse caso, os objetivos da pesquisa permeiam na perspectiva de: Analisar o histórico da Escola Jardim da Comunidade de Santa Rita/PB; Descrever as orientações pedagógicas da EJC; Identificar as dificuldades e desafios de organização.

Embora as Escolas Jardim da Comunidade não sejam reconhecidas pela sociedade civil, elas resistem, todavia, continuam no anonimato. A educação comunitária é pouco conhecida, mas dispõe de valores onde a organização do povo e o trabalho coletivo são peças fundamentais. Sobretudo, as práticas de educação popular comunitária tornam-se uma alternativa de modelo educacional que projetam a democratização e reciprocidade.

A Educação Popular e Comunitária tem despertado um novo olhar na educação, mas, além disso, tem sido uma alternativa de um novo modelo escolar e de transmissão da ideologia dos movimentos e organizações não governamentais, partindo do campo social e político. Conforme destaca Gadotti (2012, p. 23), outro aspecto importante a ser destacado é que há Escolas Comunitárias que faz girar a economia popular, servindo também como ajuda de custo, tornando-se meio voluntariado. Visa um âmbito produtivo, que vai para além do aspecto econômico, mas um trabalho social e coletivo, investindo na autogestão, na política participativa, na ideologia comunitária (formação).

Por tudo isso, o trabalho segue a seguinte ordenação. No capítulo 1, “MCP e a Pedagogia Comunitária” descrevo de forma sucinta como surgiu o Movimento das Comunidades Populares em um contexto geral, bem como suas bandeiras de luta, uma vez que o mesmo possui organização nacional. Também evidencio em que momento o trabalho com crianças surge, indagando sua inspiração e evolução para Escola Jardim da Comunidade. Correlacionando a prática com a teoria, a fundamentação teórica permeia em descrever o processo da humanidade que vivia no coletivo, a implantação do capitalismo e suas

implicações, inclusive na educação. Nesse âmbito focalizo no surgimento das Pedagogias críticas, em vista de um modelo educacional que corresponda a classe oprimida e trabalhadora conceituando a Pedagogia Social, Educação Comunitária e Educação Popular.

No capítulo 2, abordo os procedimentos metodológicos utilizados e os defino em pesquisa empírica e participante, com abordagem qualitativa e exploratória. A coleta e análise de dados estão expostas no capítulo 3. Nele evidencio um breve relato da história, classificando o processo pelo qual se inicia a Escola de Santa Rita, agregada as conquistas reivindicatórias do Movimento. É certificado também a proposta pedagógica da EJC que segue orientações em nível nacional. Por último são apresentadas as entrevistas com as mães e educadoras, trazendo contribuições relevantes para o objeto de pesquisa, perante a estrutura, organização, impacto, dificuldades e desafios vivenciados pela Escola. Nas considerações finais são esboçadas as principais discussões abordadas, a avaliação e alguns questionamentos.

O que instiga a pesquisa e esta será de suma relevância acadêmica, social e educacional constatar o que move as Escolas Jardim da Comunidade, em especial, a experiência de Santa Rita e o que as impedem de avançar.

1. MCP E A PEDAGOGIA COMUNITÁRIA

1.1. Movimento de base, Trabalho com crianças e EJC

O Movimento das Comunidades Populares nasceu em 1969. Nesse período, se chamava Movimento de Evangelização Rural (MER) e teve como origem a JAC (Juventude Agrária Católica). Desde então, este passa por várias etapas. Mudou o nome e a estratégia de acordo com as confluências de acontecimentos de cada momento. Porém, o objetivo de construir o Poder Popular para conquistar um Governo Popular não mudou.

O trabalho com crianças nasce a partir da década de 1990, quando a organização se chamava MCL (Movimento das Comissões de Luta). Nesta fase a estratégia do Movimento consistia em organizar Comissões de Luta para organizar o povo e reivindicar seus direitos. Começa a haver uma preocupação em desenvolver a formação político-ideológica das crianças. De acordo com os documentos e boletins internos do Movimento, as comissões de crianças se reuniam para cantar, brincar, discutir seus problemas e desenvolver a arte popular, que retratava o seu dia-a-dia, os problemas vividos e as lutas encaminhadas. Muitas crianças participaram de ações junto com os adultos, como ocupações de terrenos ou de órgãos públicos, reivindicações, dentre outras.

Em 1993, as crianças do MCL participaram ativamente do processo de realização dos congressos populares. Foram realizadas pesquisas de “porta em porta” para classificar os problemas mais sentidos pelas crianças das áreas mais pobres, urbanas e rurais. Por meio dessa ação, eram feitas as chamadas “misturas”. Esta consiste em colher as informações adquiridas, arrumá-las, sintetizá-las e devolvê-las para o público atingido. Através do material recolhido, organizavam Encontros e Congressos, com o auxílio dos adultos, mas em alguns momentos coordenados pelas próprias crianças.

A mística foi um dos pontos fortes do MCL e, com as crianças, não poderia ser diferente. A bandeira do Movimento era muito valorizada como símbolo de luta, assim como o seu Hino. As crianças homenageavam Tiradentes, considerado herói naquela fase em diversos momentos, mas, principalmente, no dia 21 de abril. Composições populares e paródias também foram feitas pelo povo, pois animavam as lutas, reuniões e atividades.

A partir de 1997, começa a haver um estudo no Movimento das experiências históricas comunitárias do povo brasileiro (República dos Guaranis, no Rio Grande do Sul; Quilombo

de Palmares, em Alagoas; Canudos, na Bahia e Mina de Morro Velho, em Minas Gerais). Com base neste aprofundamento, foi elaborada uma nova estratégia: a construção de Comunidades Populares baseadas em dez colunas correspondentes às dez principais necessidades do povo. Estas colunas são consideradas para o Movimento como a base de organização e sustentação, fazendo analogia ao processo de construção de uma casa. As dez colunas são: Sobrevivência Coletiva, Religião Libertadora, Nova Família, Saúde Popular, Moradia e Urbanização, Escola, Esporte, Arte, Lazer e Infraestrutura. Em cada coluna há orientações decididas em reuniões a serem encaminhadas nas bases de atuação. No entanto, convém ressaltar que nesta etapa, as ações coletivas e o trabalho comunitário passam a ser prioritários e as lutas reivindicatórias perdem força.

Nesse sentido, o Movimento passa a priorizar a organização dos grupos nas comunidades e, no caso a proposta é que o trabalho infantil do Movimento seja mais contínuo, para além das comissões de luta. Elas diminuem, mas continuam existindo como clubinhos ou grupos de crianças. Assim, em 1996 e 1997, surgem as primeiras Escolinhas do MCL que, posteriormente, se tornaram Escolas Jardim da Comunidade. Além de serem instrumentos de organização e formação comunitária, elas têm também o objetivo de suprir a deficiência do sistema público de ensino nas periferias. Sua inspiração surge através da necessidade de educar (formar), para que as crianças participem da comunidade juntamente com suas famílias. O método de formação nasce das ações católica (JAC), utilizando os meios de ver, julgar e agir. Agregado ao processo de reflexão e ação, a EJC “bebe da fonte” do método que utiliza as quatro perguntas-chave¹, hoje nomeado de Democracia Participativa². Paulo Freire também serviu de estímulo para a EJC e em outras experiências de Educação Popular e Social.

No início, o trabalho das professoras era voluntário. Mas, a partir da prática e das reflexões em reuniões e encontros, foi analisado que era necessário que os responsáveis pelas crianças contribuíssem. Além de ajudar na sobrevivência das professoras, a contribuição financeira ajuda a Escola a se manter e fortalecer a sua valorização junto ao povo da Comunidade. O valor da contribuição, assim como outros aspectos do funcionamento da EJC são definidos coletivamente por professoras, crianças e responsáveis.

¹ Método criado pelo MCP para instigar e resolver os problemas do povo. As quatro perguntas-chave consiste em: Quais são nossos problemas? Por que existem esses problemas? O que já fizemos para resolver? O que vamos fazer? (PNLA, 2011, p.6).

² É um dos três princípios do MCP. Baseia-se no diálogo para chegar ao consenso, evitando polêmicas e conflitos no meio do povo. (PNLA, 2011, p.10).

Por ser um Movimento Nacional, as EJC's foram criadas em vários estados, onde se havia condições e sempre adaptando à realidade. Em determinadas comunidades, algumas funcionam como escolas, outras a escola agrega-se a creche/ clubinho, porém, ainda há aquelas que existem apenas a Creche. Atualmente o Movimento calcula nove escolas, sendo uma na comunidade Chico Mendes, Rio de Janeiro; Feira de Santana, na Bahia; São Lourenço da Mata e Itambé, no estado de Pernambuco; Maceió e São Miguel dos Campos, no estado de Alagoas; Imperatriz, no Maranhão; Cajazeiras e Santa Rita, no estado da Paraíba. Embora haja a distância entre as Escolas, o contato e a troca de experiências se dão por meio das atividades nacionais, com reuniões, encontros, troca de materiais e visitas. Todas as EJC's têm uniforme, hino e lema que são únicos. Possui organização de arquivo, fichas dos alunos, matrículas, recibos de pagamentos, avaliações, atividades extracurriculares.

1.2. Pedagogia Social, Educação Comunitária e Educação Popular

Em conformidade com Saviani (2007, p. 154) a humanidade vivia no coletivo, tudo era dividido e compartilhado com todos. A educação também seguia o mesmo contexto, tudo era por meio da prática, repassada de geração para geração; nesse momento da história a educação restringia ao ato de instruir, como educar para trabalhar, por exemplo. Mas com a divisão do trabalho e a apropriação da terra, surge o individualismo e a divisão de classes, esta por sua vez, classificada em proprietários e não-proprietários (Saviani 2007, p. 155). Essa divisão acarretou no trabalho escravo, posteriormente expandindo-se e resultando no atual capitalismo. Nesse processo a educação também sofre mudanças. A divisão que permeia o âmbito educacional passa a ser diferenciado, seguindo a linha de classes. No primeiro caso, abrange os filhos dos senhores feudais (proprietários), aonde o ensino é voltado para atividades que desenvolvam o lado intelectual e a escrita. Do outro lado estão os escravos (não-proprietários), estes com o ensino dirigido as atividades do próprio trabalho, com o intuito de servir aos senhores.

Com o avanço do capitalismo, a educação também se transformou em comércio. Embora as escolas nunca tenham deixado de existir, elas eram diferenciadas e nem todas as pessoas tinham acesso. A conquista do direito à educação para “todos”, provém de um processo tardio, este por sua vez, foi decretado na Constituinte de 1988. De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A partir desta promulgação, os filhos dos trabalhadores

começaram a ingressar no ensino regular. Todavia, a educação enquanto direito de todos e dever do Estado, deixa a desejar e não correspondem à realidade dos alunos das escolas, principalmente os das camadas populares, que vêm das escolas públicas.

No entanto, quando retomamos ao processo histórico, antes das atuais conquistas e transformações, a realidade desigual que acompanha as classes sociais instigava mudanças no meio político e a educação é vista como um meio para isso. A participação dos movimentos sociais na busca por igualdade e os teóricos que visavam transpassar um ensino baseado na prática e de forma diferenciada é uma contrapartida para o surgimento de uma pedagogia que fugisse do método tecnicista e alienante.

Baseada nessa nomenclatura forma-se um conjunto de pedagogias críticas. Possuindo caráter formal e informal, elas expressam a riqueza do trabalho pedagógico, popular, democrático e político. Nesse sentido há segmentos que são a Pedagogia social, Educação Popular e Educação Comunitária. Embora essas teorias tenham o mesmo objetivo, elas apresentam uma diversidade de campo de atuação, tendo suas especificidades.

Dando foco a Pedagogia Social, palavra com configuração mais fundamentada, porém, sua ideia de concepção é mais antiga e tem influência de vários pesquisadores, no entanto, seu precursor foi Paul Nartop (1913). Nesse sentido, Moraes (2016, p. 1642) reconhece que a comunidade proporciona a prática da ação educativa. Em harmonia com esse argumento a Pedagogia Social e a Educação Social assumem uma postura de teoria e prática respectivamente. Logo:

A Pedagogia Social emerge, no Brasil, como uma ciência que oferece as bases metodológicas e teóricas para a Educação Social. A Educação Social, por sua vez, constitui-se em uma dimensão prática onde acontece a aplicação das técnicas, metodologias, dinâmicas geradas no diálogo com a Pedagogia Social. Se uma se associa à teoria, a outra se associa à prática. No entanto as duas devem caminhar juntas assim como a reflexão e a ação: uma constrói e alimenta a outra. Sem prática não tem teoria; sem teoria a prática arrisca a se tornar um ritual sem sentido. (MORAES 2016, p. 1642 apud CALIMAN, 2010, p. 351-352)

O termo Pedagogia Social surge por volta do ano de 1900, na Alemanha, com o intuito de educar os “filhos de guerra”. Posteriormente a ideia se expandiu para alguns países, inclusive o Brasil. Esse modelo visa a participação social no contexto educacional, bem como a participação da comunidade de forma coletiva. Ainda nesse contexto, pode-se afirmar que a Pedagogia Social tem a finalidade de dar visibilidade e atenção as pessoas que se encontram em situações de risco. Pinel, Colodete, Paiva a define como:

A Pedagogia Social é uma ciência que se produz pela prática (e práxis) educacional/pedagógica (bem como social e psicossocial) não-formal (e formal), que dentre outras tarefas-saberes, propõe ser uma forma pedagógica e educacional de trabalho social de ajuda (de acordo com as necessidades) e de revitalização crítica da solidariedade e cidadania, havendo mais perspectivas que podem ganhar sentido,

dependendo do contexto sócio-histórico e realidade vivida, como o esforço de inserir o educando em movimentos políticos (há o perigo aí de partidos repressores e moralizantes), luta por uma ecologia social (e qualidade de vida), socialização em geral nas escolas, por exemplo, Educação Moral e Cívica, Educação para a Justiça – dentre outros. (2013, p. 5-6)

Conforme afirma Gadotti (2012, p.9), a Pedagogia Social tem ocupado um espaço no campo acadêmico em pesquisa, produção e formação profissional. Essa preocupação dá-se pela estruturação da educação, que ao longo dos anos vêm perdendo a sua essência: Essa perda da educação enquanto um ser social vem se submetendo apenas a educação escolar; nesse sentido, a pedagogia social deixa de executar o seu papel, enquanto contraponto a realidade escolar. Embora ela aconteça em espaços politizados, como movimentos e ONG's, por exemplo, assegura-se a necessidade de ampliar para as escolas públicas, por ser um ambiente em que as massas estão inseridas. A Pedagogia Social tem muito a contribuir para a educação. Abrem-se novas metodologias e práticas para as mudanças que acontecem de “baixo para cima”³, “de dentro para fora”.

Paralelo e não obstante encontra-se a Educação Popular. Para contextualizar a Educação Popular no Brasil é fundamental trazer à tona as contribuições e vivências de Paulo Freire. Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife, no dia 19 de setembro de 1921. Sua infância pobre, filho de pessoas simples e trabalhadoras, desde cedo sente na pele a dureza da vida, enquanto um ser oprimido e excluído do sistema. Crescendo em meio a essa realidade e refletindo de forma crítica, Freire se dedica a educação e, juntamente com sua esposa, cria um método pelo qual traz o cotidiano do aluno para o contexto escolar, valorizando sua cultura e experiência. Posteriormente, atua no Movimento de Cultura Popular. Contudo, discutir sobre o oprimido sempre foi o foco de Paulo Freire. (PALUDO, 2008).

Conhecido como um dos incentivadores da Educação Popular, Paulo Freire propôs criar alternativas para que as metodologias oferecidas viessem a servir os oprimidos, o povo, e não de maneira elitizada. Nesse sentido Feitosa assegura:

[...] Num contexto de massificação, de exclusão, de desarticulação da escola com a sociedade, Freire dá sua efetiva contribuição para a formação de uma sociedade democrática ao construir um projeto educacional radicalmente democrático e libertador. Assim sendo, seu pensamento e sua obra são, e continuarão sendo, um marco na pedagogia nacional e internacional (1999, p. 18).

A Educação Popular vem sendo abordada por diversos autores, praticada e discutida em organizações sociais. Ainda sobre a sua conceituação:

Compreende-se por Educação Popular aquela que se constrói de forma

³ Termo comumente utilizado pelos movimentos sociais, fazendo analogia a situações do cotidiano. Nesse sentido, a correspondência refere-se que devemos partir de nossa realidade (vivência) para assim, avançar e chegar ao “topo”.

comprometida, com participação popular, alicerçada nos valores de comunidade e diálogo, referenciada na realidade, partindo do povo, para o povo e atendendo suas necessidades, considerando-os enquanto seres históricos e sociais. Seu ponto de partida é a vivência histórica do indivíduo, buscando um conhecimento que assume papel de transformação social. (HOFFMAN; ROCHA; RODRIGUES, 2014, p. 6).

Na concepção elencada por Freire, a Educação Popular deve servir para que as massas tenham consciência de que são oprimidas, para assim buscar a libertação dos opressores. Na busca desse modelo educacional para servir a classe excluída, a educação popular tem sido um contraponto para a mudança da realidade social, porém, ter a participação popular é essencial. Entretanto, a Educação Popular surge frente à perspectiva de além de alfabetizar, no contexto de aprender a ler e escrever, mas também ler o mundo, compreender, ter clareza dos seus direitos enquanto cidadão e participar ativamente de organizações, ações, em vista de uma transformação.

Logo, Freire (1999, apud HOFFMAN; ROCHA; RODRIGUES, 2014, p. 7) define:

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito.

A fala exposta por Paulo Freire enfatiza a proposta de uma educação diferenciada, de cunho crítico e de classe. No entanto, outro aspecto é o diálogo e a conscientização. A dialogicidade é de suma importância no processo de relação dos seres humanos. É por meio dela que pensamentos e compreensões são expostos, uma vez que a oralidade é uma forma de trabalhar o conhecimento.

A relação do diálogo, conscientização e luta pela transformação da realidade está presente na dialética dos movimentos sociais e populares. Estas ações de maneira formal e informal acontecem através de formações e escolas coordenadas por educadores e militantes. No viés da Educação Popular, Maciel (2011) enfatiza concepções da Educação Popular e, estas são divididas em três:

[...] Há três concepções mais comuns de educação popular. A 1ª concepção está ligada à educação direcionada à alfabetização de jovens e adultos no espaço escolar; a 2ª concepção reserva à educação popular o caráter transformador, acontecendo fora do espaço escolar; e a 3ª concepção e mais recente, compreende-a como uma educação política da classe trabalhadora, numa perspectiva tanto de emancipação como de conformação do status quo, sendo a escola e a sociedade espaços legítimos de educação popular. (2011, p. 329)

No enlace das teorias educacionais sociais elencadas neste material, a última a ser abordada é a Educação Comunitária. Conforme assegura a LDB - Lei de Diretrizes e Bases (1996), no que cerne a organização institucional da Educação, as instituições podem ser

classificadas em categorias, dentre elas, a comunitária. Estas consistem em instituições que podem ser enquadradas por cooperativas ou grupos de pessoas, mantendo como organização sem fins lucrativos e/ou mantidas pela própria comunidade.

Embasando a Educação Comunitária ao aspecto prático e organizativo, esta visa criar possibilidades para o desenvolvimento comunitário, enaltecer as práticas coletivas, transformar e fortalecer o trabalho com as massas; isso por meio de grupos de base, movimentos, dentre outros. “[...] Buscar mudar a sociedade significa romper com a heteronomia, com ser comunidade perenemente determinada pela sociedade” (Gadotti, 2012, p. 13-14 apud GOMES, 2008, p.54). Essa busca considerada utópica realça o desejo de construir a mudança gradativamente, iniciando nas pequenas comunidades e de forma autônoma.

Gadotti expressa no trecho a seguir a compreensão de Educação Comunitária:

A educação comunitária pode ser entendida como uma das expressões da educação popular, mediante a qual se busca melhorar a qualidade de vida dos setores excluídos, através dos movimentos populares, que estão organizados em grupos de base, comunidades, municípios etc. Ela também tem sido entendida como “educação sóciocomunitária” ou aquela educação oferecida em “escolas comunitárias” (GADOTTI, 2012, p. 13).

A concepção dada aos termos “educação comunitária” ou “sóciocomunitária” expressam a legitimidade em assegurar uma educação que envolva as camadas populares que estão à margem do sistema. Groppo (2010) assegura que a Educação sóciocomunitária esteve presente em vários momentos da história desde a modernidade, mais precisamente no século XIX. Eram experiências que nasciam em algumas instituições educacionais, como também nos movimentos operários da Europa ligados aos anarquistas e nas cooperativas.

Remetendo-se a conceituar a Educação Comunitária Daudi (2012) destaca:

A expressão “educação comunitária” é habitada pela diversidade, em função deste termo poder expressar realidades diversas e até contraditórias, dependendo do contexto histórico de cada país ou região. No Brasil, fala-se em escolas comunitárias consagradas pela Constituição de 1988, em Unidades Escolares de Ação Comunitária (UEAC), na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), fundada em 1943, no Recife e outros. Em geral, as iniciativas chamadas comunitárias estão envolvidas com organismos ligados às igrejas, aos movimentos sociais e populares ou empresas e passaram por inúmeras transformações, indo da prática assistencial à prática revolucionária (p. 39).

A riqueza que brota das comunidades traz consigo o instinto de cooperativismo, solidariedade, coletividade e organização popular, que podem ser encontradas no meio urbano e rural. Essa construção viabiliza uma diversidade de experiências, com suas particularidades.

A heterogeneidade que permeia a Educação Comunitária traz à tona instituições que surgem em bairros carentes, algumas por ocupações de terreno coordenadas pelos moradores, outras, porém, se atrelam ao mercado. O CNEC que tem sedes em vários estados do país é um

exemplo de uma escola que surge no âmbito comunitário e atualmente está no mercado privado. Outras, como por exemplo, a Escola Leonardo Boff, mencionada anteriormente, está situada no município de Petrópolis, Rio de Janeiro, iniciou como Escola Comunitária e, posteriormente, passou a ser conveniada com o Estado, neste caso, por acompanhamento do governo municipal. Ainda existem outras que contam com o apoio de projetos ou verbas públicas para manter-se, porém, em determinados casos, sem criar dependência. Martins enriquece essas constatações:

[...] Ficam explícitas determinadas manifestações de escolas, que se denominam comunitárias, mas estão notadamente vinculadas ao mercado educacional. Assim, além de abordagens e experiências bem distintas, que contêm situações até mesmo antagônicas: escolas quase particulares (empresas) e escolas comunitárias efetivamente populares, pode-se afirmar que o ponto de partida (ao menos 3 conceitual), o conceito amplo da chamada educação comunitária, mantém uma determinada posição que se aproxima da vertente popular (2012, p. 3-4).

As experiências que dão um “salto” para aliar-se ao mercado, enfrentam a dificuldade em manter a essência comunitária. Nesse sentido, convém ressaltar características como ter uma organização coletiva, por isso não tem padrão. Sua administração deve ser acompanhada pela comunidade e deve servir aos seus interesses, embasadas ao seu contexto cultural, político e social.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia científica é essencial para o meio acadêmico. Ela, por ventura, tem como princípio examinar, descrever, analisar em vista de auxiliar na coleta de dados e transpor as questões listadas pelo investigador. Prodanov e Freitas corroboram que “a Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (2013, p. 14).

Por meio da compreensão da metodologia e baseando-se nas experiências não teóricas das Escolas Jardim da Comunidade, esta pesquisa é de cunho empírico com base qualitativa. A partir da fundamentação teórica, a pesquisa empírica está pautada na significação das observações de um determinado tema. Tendo vista que este campo de pesquisa proporciona mais flexibilidade no que se diz respeito à coleta de dados.

De um modo ou de outro, a pesquisa empírica ou de campo é muito utilizada na educação, principalmente em nível de educação, considerando que os campos de estágio e/ou do trabalho constituem lugares, onde é possível articular problemas de pesquisa que necessitam de investigação mais sistemática. (BRENNAND; MEDEIROS; FIGUEIREDO, 2012, p. 169).

A abordagem qualitativa para este tema é a mais viável, pois podemos perceber as particularidades coletivas e individuais deste objeto de estudo. Com isso, direcionamos para os meios e procedimentos analíticos, tendo como suporte o tipo de pesquisa explicativa, que visa analisar as causas da problemática.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (BRENNAND; MEDEIROS; FIGUEIREDO, 2012, p. 21).

Por centrar-se na relação do mundo (externo) e o indivíduo, Prodanov e Freitas traçam a pesquisa qualitativa como:

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador (2013, p. 70).

Além disso, a pesquisa é descritiva, esta tem como procedimento a aplicação do questionário, em vista da coleta de dados. Tudo deve servir para que as informações adquiridas sejam mantidas em sua complexidade.

Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os

fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. [...] (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.52)

A pesquisa também é classificada como participante. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador tem participação ativa no objeto de estudo e este é o meu caso. Sendo assim, o pesquisador atribui duas tarefas: pesquisar e participar.

Essa pesquisa, assim como a pesquisa-ação, caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. A descoberta do universo vivido pela população implica compreender, numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.67).

Na coleta de dados e a análise de dados, o pesquisador busca adquirir informações do que instiga a sua pesquisa, com o objetivo de obter esclarecimentos de forma precisa e de acordo com a realidade. Nesse momento da pesquisa que a relação com o objeto de estudo torna-se mais fluente. Nesse sentido, o instrumento utilizado nesse campo é de dado primário. “Recebem essa designação por se tratarem de informações em “primeira-mão”, ou seja, por não se encontrarem registrados em nenhum outro documento.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 103).

A técnica de levantamento de dados ocorreu por meio de entrevistas seguidas por um roteiro elaborado com antecedência. Nessa perspectiva, o modelo de entrevista utilizada foi padronizada ou estruturada. Sobre esse tipo Prodanov e Freitas enfatizam que “[...] é quando o entrevistador segue roteiro preestabelecido. Ocorre a partir de um formulário elaborado com antecedência. Com a padronização, podemos comparar grupos de respostas;” (2013, p. 106).

Assim, na coleta de dados, foram realizadas entrevistas com questões abertas divididas em três momentos. O primeiro foi uma entrevista com duas professoras da Escola Jardim da Comunidade do município de Santa Rita – PB. Com elas, busquei compreender a chegada ao Movimento, funcionamento da escola, motivações, dificuldades e desafios. O diálogo aconteceu após a aula e em dias diferentes. A partir desse contato, pesquisei materiais que trouxessem a memória da Escola, como documentos e fotos.

O segundo momento foi realizado com duas mães de alunos desta Escola. A iniciativa em optar por elas aconteceu por ocasião de ambas estarem participando ativamente das atividades da Escola, como reuniões e atividades. As entrevistas também ocorreram separadas e nas residências. A princípio a dificuldade foi em conciliar dias, horários e tarefas. Sentiram-se à vontade para expressar o que lhes era proposto.

Por fim, para absorver a história da Escola, conversei com uma militante do Movimento que esboçou o surgimento. A interação foi positiva e enriquecedora por reavivar uma experiência de resistência e organização popular.

A análise foi feita mediante algumas considerações relevantes para a estruturação da pesquisa, dialogando com teóricos e concepções através da interpretação. Por se tratar de uma análise qualitativa, ela é considerada informal e simples.

[...] A análise qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Podemos, entretanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a sua categorização, sua interpretação e a redação do relatório. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 113).

Considerando o roteiro a ser trilhado com sua abordagem e classificação, a metodologia adquirida nesta pesquisa visou fundamentar e processar as informações obtidas para alcançar os objetivos aqui mencionados. O conjunto de abordagens auxiliou responder o que instiga o objeto de pesquisa.

3. COMPREENDENDO AS RELAÇÕES: DO MOVIMENTO DE BASE A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

“Aqui em nossa escola todos se ajudam/ cultivando as flores aprendendo a ser irmão”⁴

3.1. Historicizando a EJC

Na ótica de (re)buscar a historicidade da Escola Jardim da Comunidade, do município de Santa Rita, conversei com Francisca⁵, a militante que iniciou a primeira experiência, juntamente com os demais companheiros, pais e alunos. Ela relata que a Escola surge em meio às discussões de encaminhamento retiradas em reuniões do Movimento. Conforme as lutas efervesciam, dentre elas as conquistas por moradia, foram um marco na história, as comunidades recém-formadas (nomeadas de Conjunto Francisca Linhares e Conjunto Vila Rica, popularmente conhecida como Chatuba e Jaqueira, respectivamente) eram trabalhadas atividades, como festa das crianças, passeios, para que a ligação permanecesse. Nesse período, além das mobilizações e reivindicações que não aconteciam unicamente por moradia, mas por melhorias e as atividades com crianças, existiam também times de futebol, grupo de arte, atividades de lazer. Em média, mais de 200 famílias se envolviam nesses momentos.

A partir daí, surge a Escola, no ano de 1996. Como o público alvo se encontrava em outro bairro, distante da sede da organização, a Escola começou em um barraco, sem muita estrutura, mas com muita vontade e necessidade em organizar, acontecendo de forma voluntária.



Figura 1 Ato de reivindicação da luta por moradia, 1994. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB.

⁴ Trecho do Hino da EJC.

⁵ Militante transferida em 1985 de Cajazeiras para Santa Rita, com o objetivo de desenvolver o trabalho nesta localidade, juntamente com outros militantes. Depoimento em 10 de junho de 2017.

Muitas crianças daquela comunidade já estudavam, mas não eram alfabetizadas, fato comumente repetido nos dias atuais. Mas havia também aqueles que estavam ali para iniciar seus primeiros traçados. As aulas passaram a funcionar no turno da tarde, não demorou para que as crianças lotassem aquele barraco, estes eram filhos dos trabalhadores e trabalhadoras que conquistaram por meio de luta sua casa. “Os pais começaram a ajudar na organização da Escola, doando materiais, como mesas, cadeiras, lanche e fazendo mutirões, todos ajudavam como podiam, assumindo tarefas”, afirma Francisca. Logo, começaram a sentir a necessidade de alfabetizar também os adultos. O professor-militante assumiu a responsabilidade e passou a utilizar o método Paulo Freire. Antes houve a pesquisa com os moradores da localidade, sondando se queriam participar, suas dificuldades e as palavras que eles mais utilizavam no dia a dia.



Figura 2 Assembleia com os candidatos, 1992. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB.

Francisca ressalta:

Os resultados foram positivos. Por parte dos estudantes, a Escola influenciava na permanência na luta, nas atividades. Através do método Paulo Freire, facilitava o aprendizado, na compreensão dos problemas da comunidade. Eles ficavam felizes por conseguir ler palavras e escrever o seu nome. Quanto aos professores, mesmo com as dificuldades em após sair do trabalho, mesmo cansados, iam dar aula; pois, acreditavam no trabalho, na forma de organização e sempre era uma satisfação. O aprendizado era recíproco.

Quando a Escola mudou-se para a sede do Movimento, muitas pessoas migraram para o novo espaço. Porém, essa realidade se modifica quando as dificuldades surgem ocasionadas pela distância. Diante dessas circunstâncias, a Escola para de funcionar por um tempo, em meados de 1999, voltando tardiamente em 2003, desta vez, com outro caráter. Nesse período

a discussão do Movimento avançava para que houvesse uma contribuição vinda dos pais, que servisse para a manutenção e uma ajuda as professoras. E assim foi encaminhado, no entanto, voltaram a funcionar as turmas de educação infantil e reforço, desta vez, só com crianças.

Em 2005 a EJC passa a mostrar-se de forma mais organizada. As turmas iniciam a funcionar de acordo com as séries e separadas. A comunidade começa a fazer a divulgação. As salas ganham mais colorido, enfeites, transpondo a ideia de Escola. Outro diferencial é o uso do fardamento pelas crianças e educadoras. A partir daí, a EJC conquista mais visibilidade e atinge crianças de outros locais da periferia.

Desde a sua fundação até os dias atuais (2017), a Escola mobilizou 23 educadores e educadoras sociais, nenhum deles possuem graduação, tampouco recebem salário. Ao longo desses anos passaram pela EJC 340 alunos, dentre eles, crianças e adultos.

3.2. Proposta Pedagógica da EJC

Pesquisando minuciosamente sob a perspectiva de atribuir mais informações, encontrei materiais que auxiliaram a compreensão da pesquisa, como o JVC (Jornal Voz das Comunidades). Ele é um instrumento de diálogo do MCP com outros movimentos e organizações, possui a função de prestar serviço às comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, operárias e populares. Em uma de suas edições, o JVC trouxe uma matéria mencionando o surgimento da EJC em sua segunda fase, como também informações de atividades realizadas na Escola, como a comemoração do dia da Consciência Negra, por exemplo. Outra informação relevante é o pronunciamento da realização de um Encontro Interestadual com as professoras das EJC's, com o intuito de avaliar orientações e objetivos a partir da prática. Por meio da avaliação, realizada em 2007, as educadoras traçam algumas reformulações perante aos objetivos estendidas em prazos:

1. **No Curto Prazo:** Criar EJC em todas as Comunidades Populares, organizadas de forma que pareçam uma Escola oficial.
2. **No Médio Prazo:** Atingir a maioria das crianças da Comunidade Popular, até o ensino fundamental (8ª série) e – Envolver a maioria das mães no funcionamento da escola.
 - Formar professores na educação libertadora.
 - Que os professores tenham salário suficiente para viver só do trabalho da escola.
 - De acordo com a necessidade, as Escolas Comunitárias poderão ser registradas como Cooperativas Educacionais.
3. **No Longo Prazo:** Por intermédio de um governo popular, transformar as escolas públicas e particulares (privadas) em escolas comunitárias, desde a infantil até a universitária. (Jornal Voz das Comunidades, 2007, p. 8).

Por meio desses objetivos, constata-se o quão as EJC's são importantes para a organização do Movimento. De todo modo, é notório certificar que ao mesmo tempo em que se dispõe a Escola de forma comunitária, também reforça a necessidade em organizá-la para

que se pareça com uma Escola oficial. É respeitável a maneira que formulam a mudança do sistema, viabilizando para a organização do poder popular para que este use a educação como transformação social. Essa visão de mudança que para muitos é considerada utópica, para eles é a esperança e a simbologia de uma luta constante por igualdade e por uma educação que corresponda a realidade das massas trabalhadoras. Uma vez que o modelo educacional que encontramos em nas escolas, acontecem de forma elitizada, com o intuito de servir ao capital. Sendo assim, nossa educação não favorece para que tenhamos reflexão em vista da consciência de classe (teoria marxista). A história do povo brasileiro é distorcida. Somos um povo que pouco sabe de sua história e que só repete o que a Escola ensina. Os valores e vivências da comunidade são pouco valorizados e noticiados no ambiente escolar. Contudo, a Escola e a humanidade anseiam por mudanças:

A esperança de produzir o objeto é tão fundamental ao operário quão indispensável é a esperança de refazer o mundo na luta dos oprimidos e das oprimidas. Enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica. (FREIRE, 1997, p. 16).

A busca incessante por transformação vinda dos movimentos sociais é fortemente expressa em seu modelo educacional. Conforme a citação anterior, Paulo Freire acredita que essa transformação é possível e a educação é um meio de começar a projetar, contudo, ela não é conquistada sozinha. Essa é a esperança que move e é muito relatada por Freire em seu livro. Por outro lado, o educador é peça fundamental no trilhar desse projeto. Em outro momento Freire relata que o educador deve ter o “compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem” (FREIRE, 2007, p. 25 apud SCHRAM; CARVALHO, 2007, p.2).

Regressando ao ponto de partida desse capítulo, remetendo-se as conclusões do Encontro, assim como as professoras e representantes das comunidades definiram os objetivos, em comum acordo, o mesmo ocorreu com as orientações. De acordo com o Jornal Voz das Comunidades (2007), as orientações que norteiam as EJC's são:

- 1ª. Organizar o local de forma que pareça uma escola oficial, com higiene, ornamentação, secretaria, arquivo, fichário, etc.
- 2ª. Manter e desenvolver ainda mais a participação das mães nas reuniões, atividades e tarefas da Escola.
- 3ª. Ensinar aos alunos a pensar para compreender a realidade e se motivar a transformá-la.
- 4ª. Ensinar as crianças a valorizar o ensino manual em vista de no futuro trabalhar para sobreviver.
- 5ª. Ensinar a partir da prática, o que é coletividade, para o aluno gostar de viver em comunidade.
- 6ª. Os professores devem ser da própria Comunidade; ter vocação para ensinar; participar de um grupo de estudo para melhorar os conhecimentos; receber uma contribuição para sua sobrevivência.
- 7ª. Criar Clubinho e Creche nas Comunidades.

8ª. Envolver os pais, as mães, professores e alunos em outras Colunas da Comunidade.

9ª. Nas áreas rurais, a Comunidade pode influenciar na Escola Pública, levando em conta os três princípios: Independente, Autônomo e de Massas. (p. 8).

Conforme a exposição acima há uma preocupação em manter a escola organizada com decoração infantil e que proporcione um ambiente agradável para as crianças. Como também, há também um cuidado em manter os arquivos e documentações da secretaria com zelo. Ainda há outros aspectos estabelecidos, estes se referem à política, formação comunitária e princípio da criação do poder popular, a partir da Escola, podendo expandir para toda a comunidade local.

A mística é comumente valorizada nos movimentos sociais. A EJC carrega para o convívio das crianças e das famílias envolvidas os valores de viver em comunidade. O hino das Escolas, criado por uma antiga professora, foi aprovado no Encontro Nacional das Educadoras, no ano de 2003.

Refrão:

Nós somos do Jardim da Comunidade

Cultivamos bondade em nosso coração

Jogaremos fora toda a maldade

E a felicidade reinará nessa nação

Somos crianças fortes, jovens saudáveis

Adultos responsáveis com amor no coração

Queremos ser felizes, viver na igualdade

Viver no coletivo, trabalho e união

Aqui em nossa escola todos se ajudam

Cultivando as flores, aprendendo a ser irmão

Crianças são sementes futuro de verdade

E a honestidade vencerá corrupção

Refrão

Somos independentes com muita autonomia

Do povo é o destino, trabalho e mutirão

Pois a nossa saída é a Comunidade

Viver com liberdade, repartir o nosso pão.

Refrão

(Livro de cânticos do MCP, 2011, p. 11)

Nessa ocasião, também foram decididas algumas orientações, o lema, palavra de ordem, fardamento e escudo. O lema é “antes de estudar para se formar, devemos aprender a pensar, trabalhar e amar” (Jornal Voz das Comunidades, 2007, p. 8). A palavra de ordem, utilizada em vários momentos do encontro, também está expressa no escudo “antes de ensinar às crianças, devemos aprender com elas” (Jornal Voz das Comunidades, 2007, p. 8).



Figura 3 Escudo da EJC. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita- PB



Figura 4 Homenagem ao Dia do Folclore (esquerda) e ao Dia do Campo (direita). Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB

Tendo em vista as considerações elencadas é notável que a mística transporta em sua “bagagem” a essência da EJC enquanto instrumento de libertação e formação. A mística é, portanto uma força oculta, que proporciona animação e sensibilidade. Para Leitzke “é através da mística que se descobre uma força infinita que habita o ser de quem luta na busca do bem comum. Acima de tudo, mística traduz a vontade de lutar por uma causa e jamais desistir diante dos percalços da vida” (2015, p.8). E ainda completa “Mas a mística é muito mais. Ela é a motivação que nos faz viver a causa até o fim” (LEITZKE, 2015, p.8). Assim, no entorno da mística, ela cerne para que haja uma fortificação, que desperte uma reação interna. Ela proporciona motivação, energia; e sempre foi o símbolo de resistência nas lutas populares.

A inserção da mística em práticas coletivas é utilizada em vários momentos, através de

símbolos, relatos, experiências a serem seguidas. A mística tem seu termo muito utilizado pela Igreja Católica (Teologia da Libertação), porém, ganha força e se ramifica nos movimentos sociais. Um dos movimentos mais expressivos do Brasil, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) possui uma mística forte, relevante e influente:

[...] A mística só tem sentido se faz parte de sua vida da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar; se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa. Também não é uma distração metafísica ou idealista, em que todos iremos juntos para o paraíso. Se for assim, então vamos chorar, como se faz em muitas seitas religiosas. [...] A partir dessa compreensão, em cada momento, em cada atividade do movimento, ressaltamos uma faceta do projeto como forma de motivar as pessoas (FERNANDES, STÉDILE, 1999, p. 130-131).

O MCP e consequentemente a EJC trazem em seu plano de ação a proposta pedagógica aguçando de maneira constante a compreensão e valorização da cultura popular. Destacam a relevância em aprender com a história do povo brasileiro, perpassando pelos índios, negros, camponeses e operários, enquanto experiência de organização popular e reavivando a cultura. Essa conexão acontece por meio das datas comemorativas como o Dia do Índio (19 de abril), Dia do Trabalhador – Urbano/ Operário (1 de maio), São João – Homenagem aos camponeses (23 de junho), Dia do Folclore (22 de agosto), Consciência Negra (20 de novembro). Uma observação importante é que essas não são as únicas datas comemorativas, há as outras, todavia, estas são as mais destacadas. No entanto, a EJC busca expandir para que não se remeta apenas as datas comemorativas, mas as vivências do cotidiano.

Nesse âmbito, estimulam por meio da prática, valorizar as pinturas corporais, o trabalho manual, viver no coletivo, dividir tarefas, tudo em vista de despertar os valores dos povos e ir se identificando com os mesmos, enquanto descendente e oprimido. Outro momento é a conscientização do não uso da bebida alcoólica⁶. O MCP tem uma data específica (13 de junho), onde ações e campanhas são realizadas em prol desse dia; e, se repete com a EJC.

⁶ A Campanha Popular contra a bebida alcoólica surge no MCP através de uma experiência trágica em um povoado, na comunidade Santo Antônio dos Maranhenses (MA). Após uma briga de moradores ocasionada pelo uso da bebida alcoólica, um deles foi morto. Em choque, a comunidade se reúne em assembleia e concluem que não haverá mais venda de bebida alcoólica no povoado. E, assim permanece até hoje. Por meio dessa experiência, o MCP que já discutia os males da bebida alcoólica, adotou o 13 de junho como data oficial da campanha, uma vez que este foi o dia aprovado pela comunidade.



Figura 5 Festa Junina realizada na escola. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB.

Por outro lado, quando remetemos ao currículo, a EJC procura seguir algumas orientações voltadas aos conteúdos propostos para a Educação Infantil. A Escola possui um guia feito por uma comissão de educadoras esboçando os assuntos a serem trabalhados em cada nível/ turma, subdivididos em bimestres. No início do ano, as educadoras fazem um planejamento geral e a programação do ano letivo.

De acordo com o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil), os conteúdos são divididos em eixos de trabalho como: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem oral e escrita, Matemática Natureza e Sociedade. Estes visam a formação social, pessoal, conhecimento de mundo, identidade e autonomia da criança, classificados como âmbitos. (RCNEI, 1998, p.46). Confrontando com a EJC, esta busca executar os eixos propostos pelo RCNEI. São realizadas atividades com os conteúdos propostos para cada eixo, bem como atividades diversificadas, brincadeiras, dança e músicas que estimulem o movimento, percepção e criatividade. A avaliação ocorre por meio da observação e registro escrito. Estas potencializam para que as educadoras avaliem a criança, suas descobertas, dificuldades, interações, impressões.

O Projeto Político Pedagógico é o espelho de uma Escola. Através dele são descritos as ações e projetos, por isso ele é essencial. Sobretudo, nenhuma EJC tem o seu PPP, tampouco a de Santa Rita. Esta poderia ser uma de suas prioridades para o futuro, pois o PPP é um documento imprescindível e engloba vários aspectos como proposta pedagógica, questões de cunho social, político, cultural, financeiro e administrativo.

3.3. A EJC enquanto uma alternativa de Educação Comunitária

“Nosso exemplo vale mais que palavra”⁷

Para dialogar de forma precisa, a pesquisa que consistiu em aplicar o questionário a duas educadoras sociais e duas mães, foi realizada no período dos meses de maio e junho, de 2017. A princípio abordarei o questionário realizado com as professoras, estas as nomearei de “Maria” e “Bruna”. A primeira possui Ensino Médio completo e a segunda, além do Ensino Médio, tem o curso técnico de assistente administrativo. Embora ambas não tenham nenhuma formação acadêmica, isso não as impediu de sentir o “chamado” para vivenciar a educação e trabalhar com crianças.

Maria e Bruna relatam a sua chegada ao Movimento das Comunidades Populares:

Maria: Comecei a dar aula na EJC em 2005. Embora não conhecesse de perto o trabalho do Movimento, acompanhava por morar no mesmo bairro. Após concluir o Ensino Médio, uma amiga que é militante da organização me convidou para participar, neste caso da EJC. Participei de uma reunião onde foi explicado o funcionamento, me interessei, comecei a participar e estou até hoje.

Bruna: Comecei participando da União da Juventude Popular (UJP), é uma organização de jovens dentro do MCP. Esse grupo desenvolve várias atividades com a juventude, dentre elas, as danças populares. Meus amigos me convidaram, comecei a dançar, participar de reuniões, eventos. Depois, me afastei desse grupo e, logo em seguida, fui convidada para ensinar na EJC. Fui a uma reunião da Escola e as professoras me explicaram as normas. Isso foi em 2013.

Diante da explanação das entrevistadas é possível identificar que o Movimento/EJC tenta agrupar as pessoas na comunidade para serem protagonistas. Em ambas as falas, as entrevistadas relatam que antes de começar a participar da EJC, elas precisaram participar de uma reunião, para que compreendessem a organização, tendo a opção depois do entendimento se iria aderir ou não. Outro aspecto interessante é que como o MCP se ramifica em variados grupos (colunas), a porta de entrada para a participação e interação podem se acontecer de várias formas.

Quando solicito que informem as motivações em participar da EJC elas respondem:

Maria: Gosto muito de fazer parte da EJC. Foi aqui que aprendi muito na área de educação. Trocamos experiências através dos encontros, materiais. Gosto do jeito da Escola, das crianças.

Bruna: Gosto de trabalhar com as crianças, é muito divertido. Participo da EJC porque gosto do ensino, da forma de trabalhar em conjunto.

Compactuando as motivações pelas quais as entrevistadas admitem, elas permeiam na forma de organização e a educação com crianças. Essas foram as principais motivações que as cativaram, mesmo com as dificuldades encontradas, dentre elas, a renda que ainda é pouca e insuficiente, por exemplo. Com base nessa constatação da prática, é necessário reforçar que a motivação para fazer algo é essencial em qualquer atividade. Muito estudada no campo da

⁷ Trecho do Hino do MCP.

psicologia, ela provém de uma influência interna, conseqüentemente cada um sente de forma individualizada, mas que quando se apresenta de modo externo, ela aparece por meio de nossos atos.

A motivação parte das educadoras em dupla via; dentro de um campo pessoal como no campo social e coletivo, sendo que são estas que instigaram o aprendizado das crianças e estabeleceram uma troca mútua de saberes.



Figura 6 Gincana realizada na “Semana da Criança”. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB

É possível por meio da fala de Maria identificar sua satisfação em participar da EJC e, por ventura, adianta ter aprendido na área educacional. De fato a constatação é real, porém, a formação de educadoras sociais ainda é uma falha no Movimento. A formação que se dá por meio da prática e pela troca de experiência auxilia no processo de ensino aprendizagem, na militância, através de reuniões e encontros. A proximidade com a Escola Municipal Leonardo Boff, em Petrópolis, Rio de Janeiro contribuiu imensamente para as EJC's, inclusive com participação em Encontros Nacionais. Mas, ainda é pouco. O rodízio de educadoras faz com que o processo de formação não seja continuada. É preciso investir nessa formação, em vista de ampliar métodos, metodologias, que correspondam a filosofia da EJC e do MCP.

Retornando as colocações da entrevista, a educadora Maria que está na EJC há 12 anos, explica o funcionamento:

Maria: A EJC funciona na casa do MCP, assim como os demais grupos. Ensinamos as turmas de Educação Infantil (maternal, Jardim I, II) e Reforço Escolar, todas no turno da tarde; atualmente estamos com 19 crianças e em sua maioria são da periferia do nosso bairro (Alto das Populares). No início do ano, fazemos divulgação, colocamos faixa, fazemos mutirão de limpeza e pintura com as professoras e participantes da comunidade. Quando as mães vêm fazer matrícula, nós explicamos o funcionamento. Elas assinam um termo de concordância, assegurando as informações mencionadas. Cada responsável faz sua contribuição (mensalidade). A partir da contribuição, tiramos para uma ajuda de custo para as educadoras (recebem pelo seu número de alunos) e umas taxas para ajudar nas

contas de água e luz e no caixa da Escola. Esse caixa funciona através das contribuições das professoras, campanhas, sobras de dinheiro de festa.

Todas as decisões são retiradas nas reuniões com as professoras, em forma de consenso. Além das reuniões das professoras, também reunimos as mães a cada dois meses. Discutimos sobre as atividades da escola, como por exemplo, como deve ser, o valor que seja acessível para todos. Além disso, avaliamos para saber o que as mães estão achando e o que precisa melhorar, prestamos contas do dinheiro das festas, discutimos sobre assuntos ligados a comunidade e a educação.

Na EJC tentamos desenvolver atividades que estimulem a coletividade, a união, fazendo refeições coletivas para eles dividir o lanche, por exemplo. Uma vez por semana o lanche é somente frutas, para estimular a alimentação saudável.

As frutas também são compartilhadas entre os colegas. Também fazemos atividades de expressão corporal, brincadeiras, jogos, gincanas, capoeira. Com as mães, temos um grupo de crochê e trançado de fitas que é aberto para a comunidade e algumas participam.

Todas as tarefas são divididas, desde a confecção de uma lembrancinha a uma tarefa de limpeza. Temos um quadro que nos guiamos por ele; nele informa o dia e a tarefa de limpeza de cada professora. As tarefas variam por dia, para que o rodízio aconteça.



Figura 7 Reunião realizada com os responsáveis pelas crianças (A), e homenagem ao Dia das Mães realizada pela escola (B). Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB.

A experiência da EJC conota para uma gestão compartilhada, com dialogicidade e de cunho participativo. Sobre a concepção de gestão compartilhada esta auxilia na autonomia enquanto princípio, bem como a responsabilidade e a prática da democracia participativa. Nas suas considerações Assumpção:

Por meio dos princípios e do referencial freiriano a gestão compartilhada no desenvolvimento da Educação Popular busca garantir a autonomia dos envolvidos, como também compartilhar a responsabilidade entre os seus distintos sujeitos para fortalecer os movimentos sociais, efetivar o controle social das políticas públicas, potencializar a organização social, as produções econômicas alternativas e as manifestações culturais populares. (2008, p.8)

Quando são indagadas sobre as dificuldades em organizar a EJC, as educadoras respondem:

Bruna: Acredito que fazer com que as pessoas aceitem e valorizem mais a EJC, como uma Escola igual as outras, no sentido de que as crianças aprendem do mesmo jeito; porém, temos a forma comunitária de se trabalhar. Outra dificuldade é que como ganhamos pouco, ainda há muito atraso.

Maria: Gostamos do que fazemos, mas a renda ainda é pouca; Temos poucos alunos; Muitas vezes perdemos alunos, porque a escola não é legalizada, mesmo tendo boas referências.

Sobre os desafios da EJC:

Bruna: Conseguirmos um dia legalizar para que possamos receber mais crianças e abrir mais turmas.

Maria: A falta da legalização atrapalha muito. Sentimos a necessidade de expandir, dispor outras séries. Já discutimos isso em reuniões no Movimento, porém, não sabemos como isso se daria e de que forma, para não perder a essência do trabalho comunitário e não se transformar em uma empresa, perdendo nossa autonomia. Outro desafio é que ainda não avançamos para começarmos a pagar o INSS. Além disso, melhorar a nossa infraestrutura, dar mais qualidade a educação.

Cada Escola Comunitária tem seus valores. Diante disso, solicitei as entrevistadas que ressaltasse a importância da EJC para a comunidade:

Bruna: Através da EJC, tentamos promover a aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Maria: Temos o papel importante não só de ensinar, mas de aprender com elas. Temos nosso jeito de trabalhar de forma diferenciada, com amor e carinho. Com isso, ganhamos a confiança das pessoas que admiram o nosso trabalho e muitos que já passaram valorizam até hoje. As crianças aprendem desde cedo a compartilhar, vivenciar a nossa cultura, repassar para os pais a necessidade de uma gestão compartilhada, onde pais, professores e a comunidade possam interagir em vista de uma educação diante da realidade do povo e libertadora.



Figura 8 Atividade de lazer realizada com as crianças “Cineminha”. Fonte: Arquivo do MCP de Santa Rita-PB

Com o intuito de concluir a primeira fase das entrevistas, busquei compreender se há

diferença da EJC para uma Escola legalizada:

Bruna: Há sim. A forma de trabalhar em comunidade, tudo é dividido, todas se ajudam, ninguém é explorado. Aqui não tem patrão, nem empregado. O convívio é muito bom. Sobre lidar com as crianças, baseado em outras escolas que conheço, aqui nós buscamos dar atenção, conversamos com elas, temos uma relação de afeto.

Maria: Sim. Vejo diferença no nosso jeito de trabalhar, de interagir com as mães e alunos; na tomada de decisões, pois fazemos reuniões para ver o que é melhor para todos. O trabalho coletivo passa por todos que envolvem a Escola. A comunidade é participativa também nas decisões.

No segundo momento é possível identificar o ponto de vista mães que se dispuseram a contribuir no presente trabalho, mais uma vez, utilizarei nomes fictícios, Emília e Luciana. A primeira relata que havia colocado seu primeiro filho pra estudar a alguns anos atrás, porém, como teve que mudar de bairro, a criança saiu da escola. Com o seu retorno e já conhecendo a Escola tornou a matricular na EJC, desta vez dois filhos; um na turma do Maternal e o outro faz reforço escolar. A segunda mãe, Luciana, tem um filho que estuda na EJC há três anos, este será seu último ano, pois, em breve cursará o 1º ano do Ensino Fundamental.

Começo a entrevista solicitando qual a importância da EJC para suas crianças e para a comunidade:

Emília: Para mim, melhorou o comportamento dos meus filhos, na escola, em casa. Também percebo que eles começaram a aprender mais os conteúdos. O meu filho mais velho que faz reforço, tinha muita dificuldade em aprender a ler, hoje ele começa a aprender, a compreender, abriu mais a mente dele. Fez uma grande diferença na vida dos meus filhos.

Luciana: Eu vejo a Escola como um grande exemplo. Vejo o carinho, a atenção, que nas outras escolas não têm. Criança não mente, quando ela gosta, ela fala a verdade. Na EJC as crianças se sentem acolhidas, protegidas por todos. O meu filho chora pra levar ele para a escola, na volta do mesmo jeito. A EJC é tão importante que não há dinheiro que pague o amor da escola com os nossos filhos e dos nossos filhos pela escola.

Na perspectiva de provocar o questionamento, pesquiso que indiquem o que precisa melhorar na EJC:

Emília: Para mim, acho que necessita ampliar o espaço, principalmente ter uma área de lazer. Fora isso, está tudo bom.

Luciana: Gostaria que tivesse mais salas de aula. É uma dificuldade porque os alunos vão passando de série e não tem como continuar na Escola. As crianças não querem sair da Escola, o meu filho, por exemplo, vai ser uma dificuldade. Se a Escola fosse legalizada, ele e os outros não sairiam.

Na busca de obter mais informações, requisito que informem se elas percebem se há diferença entre a EJC e uma Escola regular, elas indagam:

Emília: Há uma diferença muito grande. O ensino, a força de vontade das professoras em organizar, a forma que elas educam, as crianças aprendem a compartilhar. Estão sempre conversando com a gente, quando preciso. Acho excepcional.

Luciana: Sim. Muitas mães procuram as Escolas mais faladas e a EJC não é tão conhecida, é pequena, mas possui um conteúdo imenso. Vejo o carinho, o amor, a

dedicação que as educadoras têm com os nossos filhos. Há muitas Escolas que têm “nome”, mas não tem um bom ensino. Na EJC as crianças já saem sabendo de muita coisa.

Conforme as mães abordam e compreendem a EJC como essencial para a comunidade. Valorizam a forma de como se organiza e destacam, cada uma em sua visão as vantagens da Escola. A maneira de como veem a Escola, o modo pelo qual percebem a forma como as crianças são tratadas enaltecem e refletem de maneira positiva nos relatos e ações.

Na EJC, além das suas bases revolucionárias, está presente a tríade da escuta, tolerância e amorosidade, que Paulo Freire traz como fundamentos para uma Educação através do diálogo. “Na medida em que aprendemos a escutar, paciente e criticamente o educando, podemos passar a falar com ele e não falar para ele, como se fôssemos detentores da verdade a ser transmitida. Nessa perspectiva, é importante aprender a escutar o diferente. [...] Essa escolha por uma educação que diz não ao preconceito de qualquer ordem e que tem como valor a solidariedade, requer também amorosidade, que se funde com o respeito e a valorização das crianças, viabilizando o diálogo com elas. (SAUL e SILVA, 2015, p.5).

Diante das colocações, no que correspondem as dificuldades estas aparecem como a falta de valorização da Escola e a renda que ainda é pouca. Sobre os desafios, tanto as mães, quanto as educadoras ressaltam a falta de regularização. Essa ausência acarreta em uma série de fatores que se interligam. A legalização ao mesmo tempo em que é importante, também é burocrática. São inúmeras as exigências, dentre elas estão, infraestrutura adequada, móveis adaptados, formação de professores. Todavia, quando partimos e comparamos com a realidade, pouco é posto em prática, como em algumas instituições escolares e estas não acontecem apenas com escolas públicas, mas particulares também.

A falta da legalização implica na ampliação da Escola, que atualmente oferece turmas de Educação Infantil (Maternal, Jardim I e II) e Reforço Escolar. A maneira de como tentar resolver esse problema ainda é um desafio. Conciliar a política de mercado com a comunitária, a ideologia do opressor e do oprimido são indagações pertinentes e, estas comprometem a filosofia da EJC.

4. “ANTES DE ENSINAR, DEVEMOS APRENDER”

Inicialmente ressalto a grandeza e felicidade por trabalhar esse tema. O Movimento Popular (MCP) e a Escola Jardim da Comunidade (EJC), por estarem compatíveis com minha vivência e nesta ocasião, academicamente. A aproximação com o tema possibilitou que mesmo incluída na experiência, senti-me convocada a fazer releituras do objeto de estudo.

Particularizando os objetivos propostos, introduzo destacando o histórico da EJC. Nesse quesito, o registro oral trouxe indagações importantes. Por meio das falas, sorrisos, expressões e olhares, cada entrevistada expôs sua interpretação, carregados de saberes, sentimentos e esperanças. A história oral agregada aos registros permitiu que as memórias fossem expressas unindo passado, presente e expectativa de futuro. Esse arquivo vivo permeou pela breve memória dos quase 50 anos do MCP, história geral das EJC's enquanto proposta do Movimento e no âmbito específico, perante a singularidade de Santa Rita.

Na proposta pedagógica, a pesquisa trouxe elementos respeitáveis com a posse de materiais que viabilizou certificar o que tange essa Escola. A forma de organização comunitária traz em sua essência a gestão compartilhada, assessoradas em instâncias, apresentando-se desde a base (comunidade), interestadual e nacional. Desse modo, mencionei informações consideradas relevantes e únicas. A valorização da história do povo brasileiro, sua cultura, a coletividade existem para fortalecer e reavivar a trajetória dos oprimidos e sua resistência. Bem como, a importância que lhes é dada em algumas datas comemorativas. Outro aspecto cativante é a importância dada à mística. Por se tratar de uma Escola em nível nacional, suas concepções são seguidas, embora com suas especificidades, mas, seguindo as orientações como hino, escudo, palavra de ordem e lema.

No que cerne as dificuldades e desafios explicitarei os principais por estar correlacionados. Dentre as dificuldades, enfatizo a valorização da Escola por parte das pessoas que não conhece. Embora seja muito divulgada e elogiada por quem passa pela EJC, muitos não a reconhece enquanto uma instituição com capacidade. Supunha-se que a ilegalidade (desafio) esteja relacionada a dificuldade. O fato das Escolas Jardim da Comunidade não serem oficiais e isso implicar no aumento das séries, na contribuição das professoras esta ainda aparece como um desafio para os próximos anos. Não é e não será fácil dar passos nesse sentido. Como legalizar sem perder a autonomia? Qual o melhor método para alcançar a oficialização (filantrópica, particular, conveniada com o Estado- pública)? Como fazer para não perder a essência do trabalho comunitário? Seria a EJC de Santa Rita fazer a primeira experiência para servir de exemplo para as demais?

Esses são questionamentos a serem feitos para chegar uma conclusão e avançar. O

MCP começa a discutir, em passos lentos, com incertezas. Há também que preocupar-se com manter a qualidade e a formação dos educadores sociais. Em meu ponto de vista, este último é algo que necessita ser mais aprimorado. Além disso, nesse longo percurso da EJC, outra essencial e notável prioridade é elaborar o PPP (Projeto Político Pedagógico) desta escola.

O capitalismo tem multiface, caminha em ciclo e se renova. Ao mesmo tempo em que é excludente e desumano, ele implementa sua ideologia oferecendo “maravilhas”. A educação popular e comunitária precisa se recriar e fortalecer suas bases, garantindo sua autonomia pedagógica, valorizando a cultura do povo e compreendendo seus direitos para buscar transformações sociais.

Em meio a esse processo faz-se necessário repensar os elementos exigentes para uma futura legalização. A infraestrutura é uma delas, também mencionada como um desafio. De fato, essa é uma preocupação correta que, de acordo com o método do Movimento, tem que discutir, planejar e avaliar constantemente.

Em suma, os objetivos dessa produção acadêmica foram alcançados. Através dela é perceptível a importância e conexão dos movimentos sociais com a educação. Com este estudo a prática educativa incentivada pelo MCP ganhou visibilidade e inúmeras possibilidades para assim dar continuidade ao objeto de estudo.

5. REFERÊNCIAS

Aprendendo e ensinando a viver em comunidade. **Jornal Voz das Comunidades**, Brasil. ano 1, n. 3, p. 8, mar. 2007.

ASSUMPÇÃO, R. P. S. Gestão compartilhada do conhecimento, de procedimentos e de ações: reflexões a partir de vivências do Instituto Paulo Freire - Brasil em processos de educação popular. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4156/1/FPF_PTPF_01_0813.pdf> Acesso em: 05, jul 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf> Acesso em: 21, maio, 2015.

BRENNAND, E. J. G.; MEDEIROS, J. W. M.; FIGUEIREDO, M. A. C. **Metodologia Científica na Educação a Distância**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2012.

DAUD, E. L. A educação sociocomunitária e o subsídio de Paulo Freire. Tese (Mestrado em Educação). UNISAL, Americana SP. 77 p. 2012.

Dicionário. **Motivação**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/motivacao/>> Acesso em: 16 jun. 2017.

FEITOSA, S. C S. Método Paulo Freire - Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação. Tese (Mestrado em Filosofia da Educação). FE-USP, São Paulo. 156 p. 1999.

FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 127 p. 1992.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. In Anais do 4o. Congresso Internacional de Pedagogia Social Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2012, São Paulo, SP, Brasil [online]. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2016.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em perspectiva. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2016.

HOFFMAN, J. F. A.; ROCHA, D. D. P.; RODRIGUES, P. M. M. O. As contribuições de Paulo Freire para a educação popular no contexto da globalização. **Grupo Eventos; Subgrupo Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire**, 2014.

MARTINS, F. J. Da necessidade ao instituído: escolas comunitárias e políticas públicas de educação, sujeitos em movimento. **In:** Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul, 9., 2012. Anais... UNIOESTE.

MORAES, C. A. Educação social e políticas públicas de juventude: experiências socioeducativas no Brasil e em Portugal. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. esp. 3, p.1626-1644, 2016.

PALUDO, C. Movimentos Sociais e Educação Popular: atualidade do legado de Paulo Freire. **In:** II Seminário Diálogos com Paulo Freire: educação popular, formação profissional e movimentos sociais. Pelotas, 2008.

PINEL, H. Pedagogia social: definições, formação, espaços de trabalho, grandes nomes & epistemologias. **Conhecimento em Destaque**, v. 1, n. 2, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Ed. Feevale, 2013.

LEITZKE, M. S. O fenômeno da mística e os movimentos sociais. Cartilha 38ª Romaria da Terra, Rio Grande do Sul, p. 8-9, jan. 2015. Disponível em: <http://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/site/download/romaria_da_terra/Mistica_e_movimentos_sociais-por-Maura_da_Silva_Leitzke.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MACIEL, K. F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

SAUL, A.; SILVA, C. G. **Contribuições de Paulo Freire para a Educação Infantil: Implicações para as Políticas Públicas**. 2015. Disponível em: <<https://pedagogiadavirtualidade.files.wordpress.com/2015/04/1-saul-educa-inf.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SCHRAM, S. C.; CARVALHO, M. A. B. **O pensar educação em Paulo Freire: Para uma Pedagogia de mudanças. Produção Didático-Pedagógica**. Versão Online ISBN 978-85-8015-038-4 Cadernos PDE, Secretaria da Educação do Paraná, Curitiba, v. 2, 2007.

Caderno de Cânticos “Cantos do MCL e outros mais”. Movimento das Comissões de Luta. 120 páginas. Contém 91 músicas sem divisão temática. PNLA – Plano Nacional de Lutas e Atividades. Feira de Santana. Ago, 2011.

Apêndices

APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****ENTREVISTA COM AS EDUCADORAS**

- 1) Qual o seu nome (fictício)? Qual a sua formação?
- 2) Como você começou a participar do Movimento das Comunidades Populares? Quais as suas motivações?
- 3) Como é a sua participação na EJC?
- 4) Como funciona a EJC da comunidade de Santa Rita?
- 5) Como você vê a importância da EJC?
- 6) Quais são as dificuldades da EJC?
- 7) Quais são os desafios da EJC?
- 8) Qual a diferença da EJC para uma escola regular/legalizada? Quais?

APÊNDICE B: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****ENTREVISTA COM AS MÃES**

- 1) Como você vê a importância da EJC?
- 2) O que precisa melhorar na EJC?
- 3) Qual a diferença da EJC para uma escola regular/legalizada? Quais?